

ELEGENDO A ELITE MUNICIPAL: VOTO, VOTANTE E REPRESENTAÇÃO NA ELEIÇÃO DOS VEREADORES DO RECIFE (1829-1849)

Williams Andrade de Souza

(Doutorando em Estudos Históricos latino-americanos, UNISINOS)

Orientador: Marcos Antônio Witt

Palavras-chave: Eleição e representatividade no Brasil oitocentista; eleitores e votos; Elite municipal do Recife.

Este trabalho versará sobre a representação e a eleição no Brasil oitocentista a partir da leitura do processo eleitoral em torno da escolha dos indivíduos que comporiam os quadros da câmara municipal do Recife na primeira metade do século XIX. Por meio da análise de dados, de indícios e sinais presentes nas atas de apuração de voto, lista de votante e rol de eleitos para aquela instituição nas seis disputas ocorridas entre os anos de 1829 e 1849, apresentaremos alguns apontamentos sobre o perfil eleitoreiro e de ingresso ao governo local no Império.

Desde os tempos coloniais, as câmaras municipais tiveram papel expoente na estrutura político-governativa local. Mesmo com as reformas impetradas no contexto de formação do Estado liberal brasileiro oitocentista, parte de seu brio não fora de um tudo execrado, quiçá saíram confirmadas enquanto instâncias da administração imperial nos seus mais longínquos rincões territoriais.¹ No limite, acessando seus quadros por meio do voto, por elas passavam uma gama de elites que circularam para além das esferas paroquiais, alçando voos até mesmo aos escalões da política da corte. Portanto, aquelas instituições estavam também inseridas na base eleitoreira-representativa de então, partícipe das disputas políticas do período.

Como nos tempos coloniais, a eleição para o cargo da vereança no Império continuou sendo direta, mas o seu exercício foi ampliado.² Apesar da máxima de restrição,

¹ SOUZA, Williams Andrade de. O bom governo da municipalidade: notas sobre a Câmara Municipal do Recife e sua organização para a administração da cidade (1829 – 1849). In: PINTO, Luciano Rocha. **A arte de governar: o poder local no Brasil, séculos XVIII- XIX**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Multifoco, 2014, pp. 168-187; _____ . A administração local no Brasil imperial: notas preliminares sobre as municipalidades nos debates parlamentares. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n. 34.1, pp. 245-265, junho, 2016.

² Era no pleito primário, sob escrutínio dos votantes, que os vereadores eram eleitos. Sobre as eleições no Império, cf.: MOTTA, Kátia Sausen da. **Eleições no Brasil do oitocentos: entre a inclusão e a exclusão da**

parafrazeando Maria Odila, grupos sociais outros se inseriam na pluralidade de possibilidades de participação até então negadas para o conjunto da sociedade³ naquele contexto e processo. Estudos como os de Richard Graham ratificam essa premissa,⁴ enquanto que outros avançam no debate, demonstrando que a mobilização política em torno das eleições paroquiais envolvia “a participação do homem comum” e suas vontades próprias frente as escolhas que tinham, observando-se que a esfera política não reproduzia “necessariamente o poder privado e sua capacidade de gerar dependências e lealdades”, havendo também uma significativa “dispersão de votos” sugerindo o “grau de mobilização e liberdade de escolha dos eleitores”. Essa leitura “não descarta o fato de que as redes de compadrio e clientela pesavam [...], mas se constituía apenas em uma das variáveis e, talvez, a julgar pelos dados, não atuavam de forma decisiva”.⁵

patuleia na cidadela política (1822-1881). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2018; LIMONGI, Fernando. Revisitando as eleições do Segundo Reinado: manipulação, fraude e violência. *Lua Nova*, São Paulo, n. 91, pp. 13-51, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n91/n91a02.pdf>. Acessado em: 06/06/2018; CAVALCANTI JUNIOR, Manoel Nunes. “**Praieiros**”, “**Guabirus**” e “**Populaça**”: As eleições gerais de 1844 no Recife. Dissertação (Mestrado em História), CFCH, UFPE, 2011, pp. 76-80; GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997; SOUSA, Francisco Belisário Soares de. **O sistema eleitoral no Império**. Brasília: Senado Federal: Univ. de Brasília, 1979.

³ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sociabilidade sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2014, p. 58.

⁴ O autor aponta que uma importante parcela da população masculina e livre participava como votante ou eleitora nas eleições oitocentistas no Brasil, não sendo o voto censitário uma cláusula de barreira de absoluta exclusão. GRAHAM, 1997, p. 147. O gargalo é que sua interpretação se assenta na tese de que uma “ideologia clientelística” crivava todo o processo político de então, fazendo com que o “alargamento” da participação eleitoral, por exemplo, não significasse a liberdade plena de escolha do votante/eleitor. Nesse entendimento, a experiência de um amplo sufrágio funcionava “para consolidar, entre uma população móvel, a ordem hierárquica nitidamente estratificada”. O paternalismo e a deferência faziam parte da regra do jogo, competindo aos potentados “expressar a dimensão de sua autoridade com muito cuidado” para não inflamar a “potencial resistência dos pobres”. Em uma concepção na qual tudo girava em torno da lealdade, da rede de dependência, do apadrinhamento e do toma-lá-dá-cá, o expediente eleitoral seria só mais um instrumento de acesso e manutenção do poder pelos grupos dominantes, e, portanto, da consecução dessa lógica clientelar. O autor dá ênfase a ação vertical e de cima para baixo de uma elite dirigente sobre o séquito em sua volta. Privilegiando o olhar a partir da perspectiva elitista, diz que “o clientelismo constituía a trama de ligação da política no Brasil do século XIX e sustentava virtualmente todo o ato político”, estabelecendo e fortalecendo o vínculo da elite com o exercício do poder. A leitura tem uma base empírica que lhe dá algum lastro, mas é limitada em si mesma, à medida em que generaliza e enrijece a interpretação, desconsiderando as margens, peculiaridades e desvios do processo. Não obstante a prática do toma-lá-dá-cá, do curral e do voto de cabresto perpassando a relação clientelar e encurralando boa parte dos votantes aos desejos da escolha do candidato do potentado local, algumas brechas no sistema possibilitavam certa flexibilização na escolha do representante pelo representado, por exemplo. Em tese específica sobre o tema para o caso da província do Espírito Santo, Kátia Sausen da Motta descortinou outra interpretação em contrário ao exposto por Graham. Cf. MOTTA, 2018.

⁵ CAMPOS, Adriana Pereira de; VELLASCO, Ivan de Andrade; Juizes de paz, mobilização e interiorização da política. In: CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira de (orgs.). **Perspectiva da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp. 377-408; VELLASCO, Ivan de Andrade. Juizes de paz, mobilização e interiorização da política: algumas hipóteses de investigação das formas de justiça local e participação política no Império (1827-1842). In: CARVALHO, José Murilo de [et al]. **Linguagens e**

A verificação dessas premissas para a província de Pernambuco da primeira metade do XIX não é tarefa fácil,⁶ mas é possível ao menos algumas aproximações. Remontamos uma amostragem mínima sobre o perfil ocupacional de quem votava nos vereadores do Recife, a partir de três pequenas listas de votantes das freguesias da Boa Vista, São José e Santo Antônio para o ano 1847. Apesar de limitadas, elas trazem os nomes de 101 indivíduos e enumeram 26 ocupações diversas entre eles, a saber: 6 advogados, 1 agricultor, 8 Artistas, 1 boticário, 1 cirurgião, 1 contador, 1 depositário geral, 2 despachantes, 15 empregados público, 3 escrivães, 1 farmacêutico, 1 fiscal, 2 juizes de direito, 1 juiz de órfãos, 2 lentes, 2 médicos, 4 militares da 1ª linha, 5 negociantes, 20 negócios, 1 oficial do exército, 1 procurador e 1 secretário da câmara municipal, 1 procurador fiscal, 2 professores, 1 professor público e 17 proprietários.⁷

Essa classificação nos permite vislumbrar um pouco do “lugar social” de uma parcela do grupo que participava do colégio eleitoral do mundo da paróquia no Recife. De relance, constatamos que os arrolados formavam um grupo eclético, que ia de nichos ocupacionais consagrados à alta estirpe até classes não tão consolidadas na hierarquia social. Dentre eles, por certo, havia muitos que engrossavam a fileira daqueles que Maria Odila chamou de “votantes pobres”, mas que integrados ao corpo da nação por meio da arregimentação cidadã aberta desde os dias da independência.⁸

Os tipos de atividade ocupacional mencionados na listagem nem sempre inspiram precisão, mas nisso também são indiciários do tipo social que podia exercer a cidadania do voto. Por exemplo, para as pessoas metidas no comércio local eram utilizadas duas categorias: negociante e negócio. O camarista Joaquim Lúcio Monteiro da Franca aparece inserido nesse segundo rol.⁹ Mas esta era uma classificação genérica que poderia indicar desde atividades de subsistência até múltiplos negócios de importante giro capital. No caso dele, sabemos que mantinha agências mercantis, capitalistas e de produção, como sócio da Firma Franca &

fronteiras do poder. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, pp. 286-300; Cf. MOTTA, 2018.

⁶ Há alguns trabalhos na seara das eleições em Pernambuco, cf.: CAVALCANTI JUNIOR, 2001; ROSAS, Suzana Cavani. A dança dos círculos: *guabirus* e *praieiros* e a disputa pelos distritos eleitorais em 1856. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; FERREIRA, Tânia Bessone da C. **Dimensões políticas do Império do Brasil.** Rio de Janeiro: Contra Capa, pp. 165-186.

⁷ BN. Hemeroteca Digital. O Lidador, n. 217, 18/09/1847, pp. 3-4, c. 2-3, 1. Aparece também em: BN. Hemeroteca Digital. Diário de Pernambuco, n. 209, 17/09/1847, p. 2, c. 3.

⁸ DIAS, 2014, p. 68.

⁹ Fonte: BN. Hemeroteca Digital. O Lidador, n. 217, 18/09/1847, pp. 3-4, c. 2-3, 1. Aparece também em: BN. Hemeroteca Digital. Diário de Pernambuco, n. 209, 17/09/1847, p. 2, c. 3.

Irmão, proprietário da Fábrica de Sabão Rooston Rooker & Cia e Arrematante do Imposto sobre Cabeça de Gado do Município. Daí ser arrolado em uma classe mais ampliada de ocupação. A atividade de negociante, por sua vez, entrava na mesma lógica alargada, pois seu portador poderia ser um mascate, um dono de botequim, um varejista do comércio a retalho ou um vendedor em atacado nos negócios de grosso trato.

Tanto essa designação ampla quanto a série de ocupações menos aquilatada indicam a inserção de pessoas mais modestas nas fileiras de votantes, e que poderiam até ascender ao escalão do eleitorado e, conseqüentemente, estarem aptas também à eleição para funções legislativas, conforme propunha a listagem em apreço. O mais importante para nós, contudo, é destacar esse perfil não tão paupérrimo, mas também não necessariamente abastado, das figuras protagonistas na eleição dos vereadores.

Portanto, temos um rol de indivíduos que só pelo fato de exercerem um ofício e ter, nem que fosse hipoteticamente, uma renda garantida e comprovada, já se destacavam do resto da população livre-pobre desassistida desse penhor que lhe possibilitava participar da cidadania ativa. Por fim, isso sugere que uma parcela do eleitorado local do Recife era composta por um público de escalonamento social mediano, sendo este responsável por parte dos votos que elegiam os vereadores. E, possivelmente, o grupo que mais demandaria das ações governativas da municipalidade. Sendo assim, pesavam significativamente na balança político-eleitoral e deviam ser levados em consideração não só naquele contexto, mas também no dia-a-dia da administração camarária.

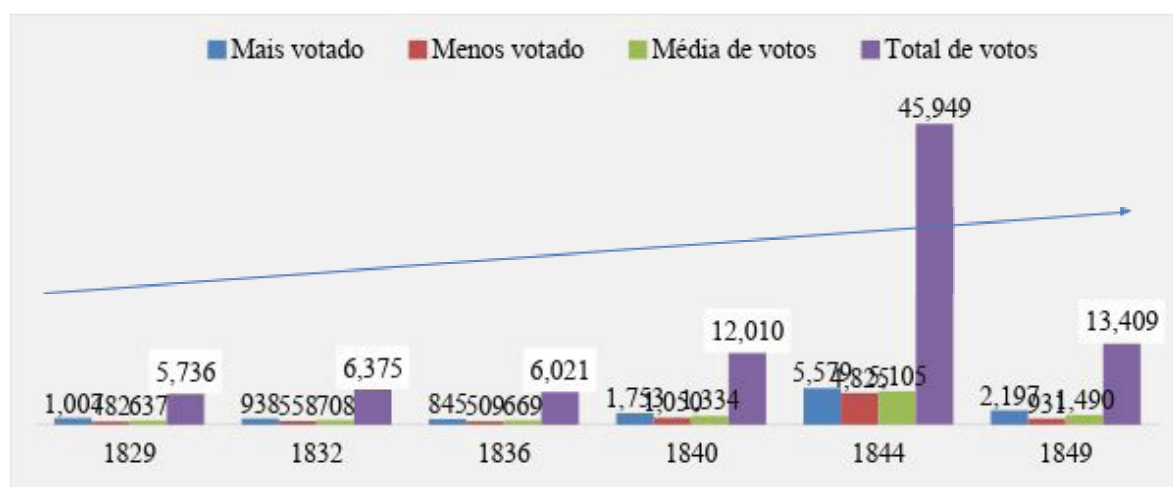
Além, desse panorama parcial do perfil do eleitorado, buscamos entrever o número de votos necessário para conquistar uma vaga na vereança. Para tanto, identificamos as atas contendo os nomes e votação de nove a dezoito vereadores mais bem colocados nas legislaturas ocorridas ente 1829-1849. Os dados permitem, entre outras coisas, contabilizar o número mínimo de votos para ser eleito e a evolução da média deles ao longo dos seis pleitos estudados, assim como verificar que nem sempre a posição econômica se refletia em votos nas eleições.

Ainda que os registros das urnas não fossem o espelho da realidade, eles podem fornecer uma mostra das margens de votos para se alcançar uma das nove primeiras vagas na Câmara Municipal do Recife. Sublinhamos, contudo, que a substituição de um vereador titular por seu suplente foi uma constante no período estudado, fazendo com que pessoas com bem

menos votos do que os que iremos arrolar aqui pudessem ocupar o cargo de vereador. Por isso, face à carência de documentação completa sobre o número de indivíduos qualificados e apuração de votos, a amostra em apreço tem como objetivo descortinar um pouco o véu a respeito do tema, mas não pretende revelar em um tudo o que estava por traz dele.

Coligimos as listas com os resultados finais da apuração dos votos para vereadores do Recife referentes aos anos de 1829, 1832, 1836, 1840, 1844 e 1849, contemplando, assim, seis legislaturas. Elas trazem a relação nominal e os votos respectivos dos vereadores que obtiveram votação suficiente para assumir uma das cadeiras titulares.¹⁰ Foram 54 indivíduos, que juntos somaram 89.500 votos nos pleitos contabilizados. Uma média de 9.943 sufrágios por candidato. Mas, para que os números vistos em monolítico não nos engane, vamos reduzir a lupa da análise. O gráfico a seguir traz um resumo com o maior e menor número de votos, média e total de votos recebidos pelos nove primeiros eleitos em cada uma das legislaturas.

GRÁFICO: Maior e menor número, média e total de votos por eleito



FONTE: Adaptado de Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Câmaras Municipais, n. 04. Ofício de 26/05/1829; n. 10. Ofício de 17/12/1832; n. 14. Ofício de 19/10/1836; Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. Livro das Sessões da Câmara do Recife, 1838-1844, n. 09. Sessão ordinária de 02/10/1840, p. 80, frente. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. O Capibaribe, n. 82, 19/06/1849, p. 3, cc. 1-2; CAVALCANTI JÚNIOR, 2001, Anexo II, p. V.

A linha ascendente, projetando o aumento dos sufrágios pleito a pleito, é perceptível. Nas três primeiras eleições o número de votos manteve-se estável. A partir da década de 1840, o quadro mudou, apresentando uma expansão no volume de votos apurados. A linha se torna

¹⁰ Em alguns casos, também foi possível arrolarmos os suplentes, mas preferimos trabalhar apenas com os primeiros colocados, pois, para eles, pudemos contar com a série completa dos dados para as seis legislaturas.

abrupta em 1844, voltando a cair na eleição seguinte, que, por sua vez, superou o patamar de 1840 em 1.399 cédulas eleitorais. Ainda se excluirmos esta singularidade, por sua atipicidade entre as séries analisadas, os outros dois anos apresentam picos de votos em dobro em relação aos períodos anteriores. Sobre a subida brusca, não pudemos estabelecer paralelos explicativos plausíveis. A comparação com uma base de censos eleitorais poderia lançar luz a respeito, pois a possível oscilação aguda do número de votantes poderia produzir aumento significativo da quantidade de votos, por exemplo. Outra questão seria o contexto político e as traças eleitorais influenciando nessa variação.¹¹ Ainda assim, a diferença numérica é gritante.

Contudo, olhando para as três décadas como um todo, além das conjeturas acima, inferimos que vários fatores aglutinados contribuíram para esse alargamento no número de votos a partir de 1840. O crescimento de 40,3% da população do Recife entre 1828 e 1855 foi razoável e influiu neste aumento observado, mas ele não explicaria por si só o pico de votos sinalizados nas últimas três legislaturas. Muito provavelmente, as melhorias das condições materiais do contexto¹² foram preponderantes para gerar novas fontes de ganhos e/ou a elevação da renda *per capita*, possibilitando que um número maior de indivíduos pudesse ser qualificado para tomar parte na cidadania política. Por último, conjecturamos também que a inclinação para o exercício do direito ao voto paulatinamente foi se ampliando, face a um entendimento maior do que ele representava para uma porção também maior da população. Contribui para essa leitura a conjuntura de ascensão da ala política liberal na província e sua proximidade e agenciamento com aqueles setores sociais de menor cabedal econômico, mas com potencial eleitoreiro, estreitando a posição limítrofe do acesso destes ao voto e, assim, ampliando o número de novos votantes.¹³

¹¹ Cf.: SABA, Roberto N. P. F. As “eleições do cacete” e o problema da manipulação eleitoral no Brasil monárquico. **Almanack**. Guarulhos, n. 02, p. 126-145, 2º semestre de 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-46332011000200126&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 12/06/2018. Como adverte o artigo, se as manipulações eleitorais pesavam no resultado dos pleitos, “o contexto social, político e ideológico no qual as disputas por votos ocorriam” sobrepunham tal conjuntura.

¹² Para uma leitura e referências a respeito, cf.: SOUZA, Williams Andrade. **Administração, normatização e cidadania**: a Câmara Municipal do Recife e o governo da cidade (1829-1849). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional, Recife, 2012.

¹³ As pesquisas sobre a participação política em Pernambuco na década de 1840 em diante têm dado conta de inúmeras mobilizações e reivindicações “como forma de pressão popular para alcançar determinados objetivos sociais”. Estas manifestações eram apropriadas oportunamente pelos políticos e suas instituições que, em tempos eleitorais, valiam-se de *meetings* como forma de cooptação e conquista de votos, por exemplo. Cf.: ROSAS, Suzana Cavani. Cidadania, Trabalho e antilusitanismo no Recife da década de 1860: os *meetings* no bairro

Os dados arrolados aqui ajudam a refletir também sobre os potenciais eleitorais dos candidatos nas disputas paroquiais. No gráfico, observa-se que a fator eleitoral nas três primeiras legislaturas foi mais modesto do que nas seguintes, sendo 516 votos a média mínima para o acesso ao cargo da vereança entre 1829 e 1836. Isso sugere, portanto, uma razoabilidade de votos para se alcançar uma vaga na disputa municipal nesse primeiro momento. Um dado alarga ainda mais esse entendimento: o grande número de vereadores substitutos que assumiram os postos camarários em lugar dos nove titulares iniciais para os mesmos três primeiros ciclos. Observando o número total de vereadores que atuaram em cada quadriênio, identificamos 32, 34 e 26 vereadores para a 1ª, 2ª e 3ª legislatura, respectivamente. Só para termos uma ideia, a diferença de sufrágios entre o primeiro e o nono colocado de cada um desses pleitos foi de 525, 380 e 336 votos. Imaginem essa variação se compararmos com os colocados no trigésimo segundo, trigésimo quarto e vigésimo sexto lugar!? Ou seja, em termos de votação, e para o trio legislativo inicial mencionado, os dados sugerem que o cenário da eleição edil não era tão inexequível para os menos abastados em capital político, mas, para a década seguinte, o caldo engrossou, foi preciso melhorar o *know how* perante a clientela em crescimento.

Como sugerem os dados, paulatinamente o acesso à municipalidade do Recife passou a exigir mais votos, sem, contudo, significar um “luxo” ou exclusividade de poucos e ricos. Tomando apenas como base o cenário das listas de votação em apreço, os concorrentes ao senado local precisaram evoluir em seus potenciais eleitorais, ampliando a capacidade para angariar votos ou permanecer entre os elegíveis, mas isso, por outro lado, não se associou estritamente à posição econômica que tivessem.

O abastado proprietário Manoel de Souza Teixeira, por exemplo, presidente da Câmara Municipal do Recife em parte da quarta legislatura, obteve, na eleição de 1840, o total de 1.753 votos. Mas, com 4.772 no pleito de 1844, só conseguiu o primeiro lugar na suplência para o quadriênio de 1845 a 1848, chegando, contudo, a assumir como vereador principal naquela legislatura. Já em 1849, ficou no 4º melhor lugar no pleito com quase dois mil votos a menos que na eleição anterior, mas ainda assim com admiráveis 2.875 cédulas

popular de São José. In: RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. (Orgs.). **Linguagens e práticas da cidadania no século XIX**. São Paulo: Alameda, 2010, pp. 153-175; MARSON, Izabel Andrade. Monarquia, empreendimentos e revolução: entre o *laissez-faire* e a “proteção à indústria nacional”: origens da Revolução Praieira (1842-1848). In: MARSON, Izabel Andrade; OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles. **Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil: 1780-1860**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013, p. 241-276.

eleitorais a seu favor. Já em termos de ocupação, os comerciantes de grosso trato, Francisco Antônio e José Ramos de Oliveira, permaneceram nas primeiras colocações das eleições que disputaram, enquanto que José Pires Ferreira e Gaudino Agostinho de Barros, de mesma monta ocupacional, só conseguiram a suplência. Por outro lado, temos o exemplo do empregado público de baixo escalão, Rodolfo João Barata de Almeida, fiscal de freguesia que aparece suplente de vereador em 15º lugar nas eleições de 1844, mas sobe para o 8º de titular em 1849.

Considerando o perfil de 70 indivíduos, entre os 77 titulares e suplentes presentes nas listagens dos mais votados em análise, em termos globais, a premissa de políticos porque proprietário em parte parece se sustentar, pois pelo menos 64% dos arrolados aparece como possuidores de algum tipo de propriedade como base ao menos de complemento de sua renda principal. No mais, em termos macro-quantitativo e iniciais, ocupação e posição econômica mais aquilatadas aparentemente colavam-se à representatividade nos quadros locais, pois os nominados categoricamente como proprietários ou negociantes somavam juntos 62%¹⁴ das ocupações entre os mais votados, por exemplo.

Contudo, olhando qualitativamente essas categorias para os homens em apreço, é possível relativizar tal questão, pois alguns dos negociantes presentes na nossa listagem não passavam de taverneiros e pequenos lojistas, assim como havia muitos proprietários arrolados que complementavam suas rendas com outras atividades de subsistência. Portanto, não estamos, em absoluto, diante de categorias ocupacionais que tivessem em si mesmas as garantias que acimassem seus praticantes como abastados, por exemplo. Por fim, tirando essas duas classes, ainda restavam 38% de indivíduos vivendo de: emprego público (16), medicina (04), arrematação de impostos ou obras públicas (04), advocacia (01) e negócios (01). Ou seja, funções que poderiam render ou significar muito, mas também só um pouco mais além do nada. Por exemplo, entre os empregados públicos pudemos identificar de Tesoureiro da Alfândega à Fiscal de Freguesia, dois extremos em termo de prestígio e rendimento salarial em uma mesma categoria ocupacional.

Portanto, entre esses mais votados, temos uma representatividade bem eclética, sendo boa parte dos escolhidos possuidora de algum cabedal econômico. Mas este não era o fator hegemônico em absoluto para o voto e acesso àquele cargo, pois essa amostra inicial já

¹⁴ Considerando da listagem os 21 proprietários e 23 negociantes que classificamos como tendo nessas agências sua principal fonte de renda.

sinaliza para uma direção no mínimo divergente. Sendo assim, tais casos sugerem que era preciso mais do que riqueza para uma boa eletividade, fazia-se necessário a ampliação de certo capital político colado aos concorrentes locais, sendo este um dos expedientes para que eles permanecessem no raio de atenção da representatividade no mundo da paróquia e até ascender às funções políticas como deputado provincial, geral ou presidente de província, o que nos faz pensar sobre o lastro eleitoral firmados quando se saía eleito para os cargos de base municipal.

O contexto era de transformação, novas figuras foram se integrando à política ativa, e isso, mesmo que timidamente, ia atingindo a configuração dos grupos dirigentes, portanto, também foi moldando as elites. O acirramento da disputa pelos postos eletivos locais acompanhava essa “evolução”. O furduço na paróquia em dias eleitorais que o diga. Aliás, esses pleitos eram tão renhidos que Richard Graham chamou-os de “teatro das eleições”, no contrapé da beleza que é a dramaturgia teatral.

No município do Recife não fora diferente. A eleição para a primeira legislatura camarária da capital pernambucana ocorreu em meio aos alvoroços da “República dos Afogados”, envolvendo pasquinadas, alardes, rusga militar e prisões. As mobilizações daqueles manifestantes influenciaram o processo eleitoral, saindo eleito para vereadores alguns ex-rebeldes de 1824, Antônio Joaquim de Mello e Antônio Elias de Moraes, e um simpatizante da Coluna do Trono e do Altar, José Ramos de Oliveira.¹⁵ Outros dois metidos naquele contexto foram o já citado Rodolfo João Barata de Almeida e Bento José da Costa. Este, pai do homônimo camarista, teve seu nome citado naquele evento por conta de um escravizado seu que participou do assanhamento político e acabou indo parar no xilindró. Seu filho sairia como suplente naquele primeiro pleito e 6º colocado no que o sucedeu. Barata, por sua vez, também logrou prisão, mas não teve bom êxito eleitoral no período. Contudo, mais tarde, viria a ser empregado e vereador da câmara do Recife.

Os fatos ocorridos e sua estreiteza relacional com o pleito eleitoral apontam que, além de capital político e econômico, também se fazia uso de um expediente do caos e da força para se acessar os postos de poder local, ou influenciar os resultados da disputa para ver ascender apaniguados. Prática esta comungada por todos os que participavam do jogo político

¹⁵ CARVALHO, Marcus J. M. de. A “República dos Afogados”: a volta dos liberais após a Confederação do Equador. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 20, 1999, Florianópolis. História: fronteiras. **Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História**. São Paulo: Humanitas – FFLCH-USP/ANPUH, 1999, p. 485-499.

de então, abastados ou não. Bento José da Costa, por exemplo, era um rico comerciante, mas figurou entre os manifestantes que lograram vantagem nas eleições locais em favor do seu filho. Já Barata de Almeida, viera para Pernambuco aos 16 anos de idade, era sobrinho do conhecido Cypriano José Barata de Almeida, e logo agregou-se empregado público, atuando como Escrivão do Registro do Porto.¹⁶ Seu trabalho seguinte foi o de fiscal de freguesia já na primeira legislatura e cordeador do município na segunda, tendo sua renda de subsistência retirada quase que exclusivamente dali.¹⁷ Seus envolvimento na vida política além de lhe render mais de um emprego público, também o fez ascender a um posto na vereança do Recife na 5ª e 6ª legislatura.¹⁸

A análise é parcial, mas vislumbra a heterogeneidade dos protagonistas em questão – eleitores e vereadores –, o alargamento da participação na política ativa para escolha dos representantes da municipalidade e a ampliação do acesso aos postos de mando da cidade no período. O fazer e o viver político não apenas retóricos, mas manifestos nas linguagens e práticas da cidadania de uma parcela maior dos indivíduos daquela sociedade, despontaram como empuxo, curto-circuito ou efeito catalizador de peso e “incentivo” para o processo (trans)formador e de conquista de direitos civis, e, dentre eles, a ampliação da participação na escolha dos representantes. Isso passou a influenciar a balança do poder político-governativo, seja porque uma gama maior de pessoas poderia fazer parte do jogo político-eleitoreiro, influenciando com o seu voto os destinos das elites, seja ampliando o acesso aos postos de comando via representatividade, possibilitando que indivíduos pertencentes a níveis menos escalonados da sociedade pudessem ascender a eles. Tudo isso produzia a dialética entre eleição e representação, sendo ela perceptível aos agentes de ambos os lados da dominação política: votantes e votados.

Referências bibliográficas

¹⁶ BN. Hemeroteca Digital. Jornal do Recife, n. 167, 25/07/1882, p. 2, c. 5. Sobre Cypriano José Barata de Almeida, cf.: GARCIA, Paulo. **Cipriano Barata, ou a liberdade acima de tudo**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

¹⁷ BN. Hemeroteca Digital. DP, n. 202, 23/09/1831, p. 823, c. 2; n. 359, 08/04/1834, p. 1434, c. 1; n. 121, 10/07/1835, p. 2, c. 1. Quando ele foi demitido do cargo de fiscal da CMR, procurou desesperadamente por um novo emprego, pois dizia viver em função daquele serviço há 11 anos. BN. Hemeroteca Digital. DP, n. 136, 28/06/1842, p. 4, c. 2; n. 138, 01/07/1842, p. 4, c. 2.

¹⁸ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. CM, n. 24. Ofício de 03/11/1846; n. 27. Ofício de 22/10/1849.

CARVALHO, Marcus J. M. de. A “República dos Afogados”: a volta dos liberais após a Confederação do Equador. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 20, 1999, Florianópolis. História: fronteiras. **Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História**. São Paulo: Humanitas – FFLCH-USP/ANPUH, 1999, p. 485-499.

CAMPOS, Adriana Pereira de; VELLASCO, Ivan de Andrade; Juízes de paz, mobilização e interiorização da política. In: CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira de (orgs.). **Perspectiva da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp. 377-408.

CAVALCANTI JUNIOR, Manoel Nunes. “Praieiros”, “Guabirus” e “Populaça”: As eleições gerais de 1844 no Recife. Dissertação (Mestrado em História), CFCH, UFPE, 2001.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sociabilidade sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881. In: FREITAS, Marcos Cézár (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

GARCIA, Paulo. **Cipriano Barata, ou a liberdade acima de tudo**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

LIMONGI, Fernando. Revisitando as eleições do Segundo Reinado: manipulação, fraude e violência. **Lua Nova**, São Paulo, 91: 13-51, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n91/n91a02.pdf>. Acessado em: 06/06/2018

MOTTA, Kátia Sausen da. **Eleições no Brasil do oitocentos: entre a inclusão e a exclusão da patuleia na cidadela política (1822-1881)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2018

ROSAS, Suzana Cavani. A dança dos círculos: *guabirus* e *praieiros* e a disputa pelos distritos eleitorais em 1856. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; FERREIRA, Tânia Bessone da C. **Dimensões políticas do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012, pp. 165-186.

_____. Cidadania, Trabalho e antilusitanismo no Recife da década de 1860: os *meetings* no bairro popular de São José. In: RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria

Tavares Bessone da Cruz. (Orgs.). **Linguagens e práticas da cidadania no século XIX**. São Paulo: Alameda, 2010, pp. 153-175.

MARSON, Izabel Andrade. Monarquia, empreendimentos e revolução: entre o *laissez-faire* e a “proteção à indústria nacional”: origens da Revolução Praieira (1842-1848). In: _____; OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles. **Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil: 1780-1860**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SABA, Roberto N. P. F. As “eleições do cacete” e o problema da manipulação eleitoral no Brasil monárquico. **Almanack**. Guarulhos, n. 02, p. 126-145, 2º semestre de 2011. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-46332011000200126&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 12/06/2018.

SOUSA, Francisco Belisário Soares de. **O sistema eleitoral no Império**. Brasília: Senado Federal: Univ. de Brasília, 1979.

SOUZA, Williams Andrade de. A administração local no Brasil imperial: notas preliminares sobre as municipalidades nos debates parlamentares. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n. 34.1, pp. 245-265, junho, 2016.

_____. O bom governo da municipalidade: notas sobre a Câmara Municipal do Recife e sua organização para a administração da cidade (1829 – 1849). In: PINTO, Luciano Rocha. **A arte de governar: o poder local no Brasil, séculos XVIII- XIX**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Multifoco, 2014, pp. 168-187.

_____. **Administração, normatização e civilidade: a Câmara Municipal do Recife e o governo da cidade (1829-1849)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional, Recife, 2012.

VELLASCO, Ivan de Andrade. Juízes de paz, mobilização e interiorização da política: algumas hipóteses de investigação das formas de justiça local e participação política no Império (1827-1842). In: CARVALHO, José Murilo de [et al]. **Linguagens e fronteiras do poder**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, pp. 286-300.